

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ÍRIS LEONHARDT PAVAN

Direito à cidade e feminismo interseccional: parâmetros para se pensar a justiça
social nas cidades

BRASÍLIA - DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Direito à cidade e feminismo interseccional: parâmetros para se pensar a justiça
social nas cidades

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para a obtenção
do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Professor Dr. Thiago Trindade

BRASÍLIA - DF

2018

Agradecimentos

Sou grata à minha família por me proporcionar a oportunidade e todas as condições - materiais e emocionais - necessárias para ingressar e concluir a graduação em uma universidade federal. Não posso deixar de mencionar meu pai e agradecer a leitura atenta e as ponderações que fez à minha monografia e a muitos outros trabalhos ao longo do curso. Agradeço também ao meu orientador, Thiago, por me introduzir à discussão do direito à cidade e pelo apoio ao longo do processo de pesquisa e de realização deste trabalho. Por fim, agradeço especialmente a todas as mulheres que contribuíram para minha trajetória acadêmica e pessoal, que, em se tratando de questões relativas às vivências associadas à condição de mulher, se cruzaram tantas vezes. Desde minhas professoras e companheiras de pesquisa, que agregaram imensamente ao meu aprendizado acadêmico e às reflexões registradas nesta monografia; até minha mãe, irmã, avós, amigas e outras mulheres pelas quais nutro um carinho imenso, que tanto cuidaram de mim e ajudaram a construir a pessoa que me tornei. Muito obrigada Valéria, Iasmin, Mileide, Elizabeth, Rosa, Ana, Natália, Laura, Brenda, Isabel e outras tantas.

Sumário

Introdução	5
1. O conceito de direito à cidade: uma demanda por redistribuição que possibilite outras formas de viver na cidade	9
2. Feminismos e a noção de interseccionalidade: contra a universalização de pontos de vista localizados	17
3. Direito à cidade pela perspectiva interseccional	28
Conclusão	39
Referências bibliográficas	42

Introdução

A vida urbana se torna cada vez mais a realidade da população mundial, principalmente no contexto globalizado. No Brasil, cerca de 84% da população vive nas cidades (IBGE, 2010). Para falar sobre a cidade ou o que ela deveria ser, Jordi Borja (2010, p. 29) evoca o mito da torre de babel: cidadãos convivendo de forma livre com igualdade, em um território dotado de identidade e que se autogoverna. Nesse sentido, a cidade aparece como uma metáfora da democracia, dando espaço para que cada indivíduo tenha a liberdade para viver a vida que deseja ao mesmo tempo em que a coletividade caminha para a minimização de desigualdades.

Contudo, como pontuado por Plyushteva (2009, p. 82), a heterogeneidade exacerbada dessa atmosfera faz dela palco de processos sociais altamente politizados. Principalmente se consideramos que a expansão da cidade está intimamente associada à manutenção do capitalismo, conforme colocado por Harvey (2014, p. 30 a 32). Dessa forma, a lógica do capital de busca pelo lucro sobrepuja qualquer outra, subordinando o valor de uso, aquele associado às vivências e aos encontros que a cidade pode proporcionar, ao valor de troca, ligado à lógica de mercado. Isso se expressa no espaço urbano de diversas formas: a especulação imobiliária e os processos de gentrificação expulsam do centro as populações mais vulneráveis, dificultando seu acesso aos equipamentos de consumo coletivo, ao trabalho, à moradia próxima e à infraestrutura para se viver uma vida decente; a privatização de espaços públicos e a dificuldade de se locomover pela cidade sem o uso de automóveis limita o ir e vir daqueles que não possuem poder aquisitivo suficiente, além de limitar suas opções de cultura e lazer; em resumo, a qualidade de vida se torna uma mercadoria e a cidade cada vez mais segregada. Retomando agora a metáfora de Borja (2010, p. 30), entendemos que, diante da associação da urbanização com os processos capitalistas e, mais recentemente, do avanço neoliberal que mercantiliza todos os aspectos da vida contribuindo para a manutenção e intensificação de desigualdades, "vivemos uma época em que não é à toa que cidade e democracia se percam".

Sendo assim, a cidade enquanto ambiente de contradições ajuda a criar tanto a necessidade, quanto a inspiração para a busca por justiça social, o enfrentamento do *status quo* e dos processos de marginalização (PLYSHTEVA, 2009, p. 82). A mesma cidade capitalista que força uma socialização no consumo, nas desigualdades e na violência, cria espaços em que se constroem aprendizados, afetos e resistências. (MORENO, 2015, p. 45) O direito à cidade, que

será tratado com maior profundidade no capítulo 1, surge como busca de transformação do urbano para que ele proporcione aos seus habitantes mais aprendizados, encontros, afetos, possibilidades de vida e oportunidades semelhantes de viver todas essas coisas. É essa a intenção de Lefebvre, nome pioneiro nessa discussão, ao cunhar o termo pela primeira vez em 1968. autor oferece uma contraproposta à cidade capitalista, trata-se de "resgatar o homem como elemento principal, protagonista da cidade que ele mesmo construiu". (MATHIVET, 2010, p. 21)

Harvey (2014, p. 28, 30) atualiza a noção de direito à cidade enquanto um direito coletivo que envolve redistribuição do acesso aos recursos existentes na cidade e também do poder de intervir na modificação ou recriação daquilo que já existe no espaço urbano, o que está relacionado com a participação nos espaços decisórios. Entretanto, como ressaltado por Moreno (2015, p. 43, 44) e por Silva et al (2017, p. 2,12,13), se entendemos que o espaço não é neutro e constitui, assim como é constituído, por relações sociais, isso significa que as diferenças entre gêneros e raças/etnias, para além da diferença de classe, impactam profundamente a produção e a reprodução da cidade. A cidade está subordinada ao capital, mas também é androcêntrica e racista. Isto é, sua constituição tem como referência a visão e a experiência de homens, mais especificamente os brancos, adultos, bem remunerados, proprietários e portadores de automóveis. Mesmo diante de uma lógica de redistribuição, é preciso questionar o ponto de vista localizado nas experiências dos homens e das pessoas brancas.

De forma paralela, a cidade é palco da especulação imobiliária e dos processos de gentrificação que contribuem para a marginalização de populações economicamente vulneráveis, de políticas de segurança racistas que limitam a presença de determinados corpos em alguns espaços, da desvalorização do trabalho associado ao cuidado e da forte separação entre o público e o privado, entre outras coisas. Diante desse quadro, as mulheres negras e periféricas, cujas experiências cotidianas estão amplamente atreladas ao imbricamento das opressões de gênero, raça e classe, encontram-se em grande desvantagem. É notório como elas e outros sujeitos com perspectivas marginais possuem pouca ou nenhuma voz nos processos decisórios, sejam relativos à cidade e aos projetos de reforma urbanística ou a qualquer outro nicho que afeta diretamente suas vidas.

Nesse complexo contexto urbano, de que forma é possível pensar em uma redução de desigualdades que contemple questões relativas a classe, gênero e raça? Silva et al (2017, p. 14, 15) sugere que o conceito bidimensional de justiça social postulado por Fraser (2002, p. 11 a 14)

poderia contribuir para a reflexão. Por esse prisma, a justiça social é construída quando se alia critérios redistributivos, tanto no que envolve recursos materiais, quanto no que toca o poder de influenciar a tomada de decisão sobre o destino dado a tais recursos; a critérios de reconhecimento, no sentido de valorização da diversidade e combate a subordinação de determinados grupos. Sendo assim, torna-se interessante conectar o direito à cidade a uma perspectiva feminista interseccional. O direito à cidade estaria atrelado à redistribuição dos bens de consumo coletivo, da terra e do poder de participar das decisões que direcionam a organização do espaço urbano. Por ser um conceito que não necessariamente se fecha em um direito final e aplicável, como moradia, transporte, etc, seria possível tomá-lo também como uma possível plataforma que agrega reivindicações ligadas às questões de reconhecimento. O feminismo interseccional, por sua vez, permite reconhecer a existência de sujeitos com trajetórias diversas, perpassadas de diferentes formas por desigualdades de gênero, raça e classe. Justamente por conta da atenção dada às implicações que tais desigualdades trazem para a vidas das pessoas, como, por exemplo, a possibilidade de acessar ou não determinadas oportunidades e/ou recursos, a interseccionalidade poderia dialogar com a dimensão de redistribuição.

Portanto, o objetivo desta monografia consiste em estabelecer conexões teóricas entre a temática do direito à cidade e a perspectiva feminista interseccional a fim de se pensar parâmetros para uma justiça social urbana. O diálogo entre as duas arenas será construído através do conceito de justiça social postulado por Nancy Fraser, considerando que, ao se pensar no direito à cidade por uma perspectiva interseccional, deve-se levar em conta tanto a redistribuição, quanto o reconhecimento.

Do ponto de vista da Ciência Política, este trabalho pode contribuir para temática da democracia, visto que problematiza as desigualdades que se manifestam no cotidiano, as quais implicam nas oportunidades que as pessoas acessam ou não. Essas oportunidades estão relacionadas à possibilidade de participar de certas esferas. De acordo com a teoria da democracia participativa de Pateman (1992, p. 61), para que exista uma democracia de fato, é necessária a existência de uma sociedade participativa. Isto é, uma sociedade em que todos os sistemas políticos, no sentido amplo da palavra, passem por uma democratização, permitindo que a socialização através da participação ocorra em todas as áreas. A questão da participação, que está presente de forma mais clara no debate sobre direito à cidade, mas também toca a perspectiva feminista interseccional, é um ponto crucial da justiça social bidimensional: trata-se do princípio

normativo que inclui redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2002, p. 13). Essa discussão será aprofundada posteriormente, por ora, basta pontuar a importância que a paridade de participação possui na construção de uma realidade socialmente justa.

Esta monografia se divide em três capítulos. No primeiro capítulo, pautarei o debate sobre o conceito de direito à cidade e de que forma essa luta se configura como uma demanda por redistribuição, mas que permanece aberta ao diálogo com outras lutas. O segundo capítulo traz, além das discussões da teoria feminista que abriram caminho para a ideia de interseccionalidade, o significado deste termo e como ele se caracteriza enquanto perspectiva de análise que considera as diversas marcas que os indivíduos carregam, as quais impactam suas trajetórias de formas diferentes. Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre as autoras que pensam o direito à cidade por uma ótica feminista e/ou interseccional. Além disso, aponta como o diálogo entre o direito à cidade e a interseccionalidade podem contribuir para criar parâmetros para se pensar a justiça social nas cidades.

1. O conceito de direito à cidade: uma demanda por redistribuição que possibilite outras formas de viver na cidade

O termo direito à cidade apareceu pela primeira vez na obra do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, *Le Droit à la Ville*, em 1968, antes dos históricos protestos de maio do mesmo ano em Paris. O conceito foi engendrado em um contexto de encontro e trocas entre academia e movimentos populares, assim, o debate gerado em torno dele seguiu assumindo um caráter duplo, o que abriu espaço para um entendimento ambíguo. O direito em questão ganhou diversas conotações em inúmeros estudos de temas ligados a questões urbanas, cidadania, direitos humanos, entre outros. Tanto que há uma grande preocupação com o risco do termo acabar assumindo um significado genérico, sendo expropriado do seu caráter contestatório e perdendo força política. (TAVOLARI, 2016, p. 94; PLYUSHEVA, 2009, p. 83, 84)

Para Lefebvre (2001, p. 139), o direito à cidade corresponde ao direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais”. Nesse sentido, a efetivação do direito à cidade se tornaria possível quando a produção do urbano estivesse orientada pelo valor de uso, em detrimento do valor de troca. Para tal, seria necessária a subordinação do mercado, o que inscreve a conquista desse direito “nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária”. Sobre o protagonismo da classe operária nessa transformação, o autor afirma que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes da sociedade atual. [...] Isso não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. (LEFEBVRE, 2001, p. 113)

Dessa forma, conforme colocado por Trindade (2012, p. 140, 141), Lefebvre considera o impacto negativo sofrido pelas cidades no contexto capitalista, no qual o urbano deixa de funcionar em torno das pessoas que ali habitam e de suas vidas para tornar-se mercadoria a serviço dos interesses da acumulação do capital. Como contraproposta, parece sugerir uma utopia oposta à ordem do capital, a qual poderia ser apropriada como plataforma política de lutas populares contra a mercantilização das cidades. Assim sendo, entende-se que a reivindicação pelo direito à cidade não se compatibiliza com a manutenção do *status quo* e busca romper com o modelo de organização social capitalista.

Entre aqueles que se debruçam sobre a obra de Lefebvre e debatem o conceito de direito à cidade, Souza (2010, p. 315, 316) se atém ao caráter revolucionário do termo. Entende que nem todos aqueles que se apropriam da ideia - sejam acadêmicos, ONGs, agências de desenvolvimento ou de governo - preservam ou consideram seriamente a radicalidade presente em Lefebvre e acabam tratando direito à cidade como uma espécie de frase guarda-chuva. Caberia, assim, aos movimentos sociais e aos intelectuais radicais disputar o significado do termo diante do risco de domesticação deste por parte das instituições e forças hegemônicas.

Ainda nesse sentido, Souza (2010, p. 317, 318, 330) critica a visão de direito à cidade como sinônimo de uma vida mais digna no contexto capitalista somada a um sistema democrático representativo aperfeiçoado por mecanismos de participação. Considera que Lefebvre enxerga a cidade capitalista como uma não-cidade, mesmo que essa ofereça boas condições de moradia, infraestrutura de transporte, etc. Também chama atenção para o fato de que o autor não discorre sobre participação ou melhora da representação, mas sobre auto-gestão. Logo, o direito à cidade na perspectiva de Lefebvre segue pelo caminho radical da transformação e essa essência é crucial para dar sentido ao *slogan*. Ademais, a conquista do direito à cidade e de uma sociedade mais justa não é possível sem a atuação dos movimentos emancipatórios, que protagonizam essa busca por transformação.

Finalmente, ainda sob a perspectiva de Souza (2010, p. 316, 317, 228, 329), torna-se importante ressaltar que as demandas ligadas ao direito à moradia, saneamento básico, transporte, aumento da participação, etc, são reconhecidas como importantes e necessárias, visto que é imprescindível assegurar aquilo que é básico na vida das pessoas. Contudo, por mais que tais reivindicações impliquem uma análise crítica da realidade neoliberal, não necessariamente questionam suas premissas fundamentais. A conquista de uma vida melhor, mas ainda sob a ordem capitalista, é insuficiente para a efetivação do direito à cidade. Análogo a isso, a luta institucional e o diálogo com o Estado são indispensáveis para os movimentos sociais evitarem o isolamento. Entretanto, a ação de cunho institucional deveria complementar a ação direta e não substituí-la, no intuito de desviar também do perigo da cooptação. O aparato estatal representa mais um oponente do que um parceiro em potencial, mesmo que se mostre receptivo para com os movimentos sociais enquanto governo progressista, já que se trata de uma estrutura essencialmente hegemônica.

Souza discorre sobre os riscos de conceituar o direito à cidade de forma aberta,

possibilitando a apropriação deste por aqueles atores hegemônicos, interessados, em algum grau, na manutenção da ordem vigente, os quais vislumbram uma versão melhorada da mesma realidade problemática contestada por Lefebvre.

Jouffe (2010) partilha da preocupação sobre a ambivalência do termo. Atesta que é "importante entender que a natureza ambígua do direito à cidade funda, por sua vez, o risco de sua manipulação e utilidade tática, permitindo alianças amplas e até contranaturais". Partindo dessa lógica, trata a redução do direito à cidade ao direito à acessibilidade, frequentemente feita por aqueles que defendem a mobilidade como meio legítimo de promover a eficiência econômica em conjunto com a justiça social nas cidades. Entretanto, essa atenuação do direito à cidade "permite colocá-lo a serviço de um ordenamento neoliberal do espaço urbano. Isto é, exatamente contrário ao projeto inicial de Lefebvre e a vontade de vários militantes de hoje em dia". (JOUFFE, 2010, p. 43) Sempre que essa redução ocorre, suprime-se a dimensão de participação na produção do espaço, de se pensar realidades urbanas diferentes ou modificar aquela já materializada. Isso ocorre principalmente no contexto das grandes metrópoles:

A segregação sócio-espacial característica das grandes metrópoles reforça esta simplificação. Vários serviços urbanos como os hospitais, as administrações, as áreas culturais ou os centros de emprego existem, porém se concentram fora do alcance das massas desfavorecidas, por culpa da distância, ou de outra forma de exclusão. Logo, a questão do acesso domina a da produção dos serviços. De maneira exemplar, o planejamento urbano renuncia a aproximar o emprego dos trabalhadores, porém lhes permite e impõe deslocar-se até seus trabalhos. Nestes âmbitos o direito à cidade se concretiza então como um direito ao acesso à cidade. (JOUFFE, 2010, p. 44)

O acesso aos espaços de fato é necessário, entretanto ele pode se configurar de diferentes maneiras. O autor se refere à diferença entre proximidade e acessibilidade. A última reforça a lógica neoliberal de organização da cidade, já que coloca os cidadãos a serviço da economia urbana. Isto significa que "a acessibilidade cria o mercado" ao garantir que os indivíduos consigam se locomover até qualquer emprego ou serviço, gerando uma competição entre as opções existentes, o que promove sua mercantilização. Enquanto a acessibilidade busca promover a inclusão garantindo o transporte das camadas mais desfavorecidas da população até os centros de serviços, públicos ou não, e empregos; a proximidade preocupa-se mais em corrigir a desigualdade distribuindo os serviços públicos de forma equilibrada pelo espaço urbano, independente da lógica mercantil. (JOUFFE, 2010, p. 45, 46)

Ambas as formas de garantir acesso estão inseridas na realidade capitalista, mas uma serve mais ao mercado e ao propósito de desmobilização das massas que a outra, conforme

sublinhado por Jouffe (2010, p. 46):

Concretamente a acessibilidade dispersa e esgota os cidadãos que a ela se submetem. Por um lado, dispersa fisicamente os indivíduos. As novas organizações flexíveis de trabalho e a precariedade generalizada, que fundam a configuração urbana de acessibilidade, limitam muito a constituição de grupos reivindicatórios [...]. Ao distanciamento das residências se soma a dispersão dos lugares de emprego para impedir a consolidação de coletivos de trabalhos nos bairros. [...] Por outro lado a acessibilidade capta e esgota os recursos dos habitantes que, portanto, não são ocupados com ações autônomas ou subversivas. A acessibilidade fomenta o aproveitamento dos mercados da metrópole com uma mobilização intensiva. Esta esgota os habitantes, em seus corpos, em suas famílias e em seus bolsos (Le Breton, 2008). [...] A acessibilidade parece oferecer uma cidade ao seu habitante, porém na realidade entrega sua energia ao funcionamento neoliberal da cidade.

Ademais, no contexto de valorização da acessibilidade, diante das grandes metrópoles fragmentadas, de uma população que sofre as consequências da precarização do trabalho e de uma infraestrutura de transporte público falha, há um incentivo para o desenvolvimento de uma capacidade individual de mobilidade. Ou seja, essa configuração dos espaços urbanos impõe a adoção generalizada do automóvel como saída para uma vida menos caótica. Esse monopólio do uso dos carros expulsa cada vez mais as possibilidades da caminhada e do uso da bicicleta, limitando o contato e a vivência nos espaços da cidade. Contudo, a lógica da acessibilidade consegue se confundir com liberdade de escolha. Promete aos indivíduos "emancipação espacial e social. Esta promessa de emancipação é o núcleo da perversidade do direito à cidade acessível: sedutor, porém alienante". (JOUFFE, 2010, p. 47, 48)

Nesse sentido, sob o risco de redução do direito à cidade ao direito à acessibilidade, cujos princípios impulsionam um funcionamento neoliberal do urbano e suprimem a criatividade para se pensar outras formas de se viver e usar a cidade, talvez seja interessante retomar a ambiguidade do conceito por uma outra ótica. Jouffe (2010, p. 50) entende que justamente por ser uma ideia que agrega muitas outras demandas, definí-la por uma medida concreta e aplicável, como a mobilidade que gera o acesso, por exemplo, pode normalizá-la e restringir seu poder contestatório. Ao manter-se aberto e transversal, o direito à cidade pode ser adaptado a especificidade das lutas sociais que se apoiam sobre ele e também o defendem. Da mesma forma, facilita a agrupação tática de vários movimentos em uma aliança horizontal, impulsionando sua capacidade de atacar o sistema.

Tavolari (2016) versa sobre algo muito semelhante ao traçar um panorama da trajetória conceitual do direito à cidade. Caracteriza-o como algo mais abrangente do que uma reivindicação imediata por direitos ou serviços específicos:

Ele seria o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, seria elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais. [...] É muito mais uma tentativa de organizar lutas fragmentadas num denominador comum, ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos, de dar sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, na tentativa de traduzir mudanças na cultura política dos movimentos sociais urbanos. E, sobretudo, é utilizado para compreender a emergência desses movimentos. (TAVOLARI, 2016, p. 102)

Por esse ângulo, pode-se pensar no exemplo da apropriação do direito à cidade por parte da luta por habitação, cujo significado é algo mais vasto do que a demanda por moradia. Não ter onde morar significa, além da impossibilidade de permanecer na cidade, uma barreira à manutenção de laços sociais: não se pode arranjar um emprego, nem utilizar grande parte dos serviços públicos sem um endereço fixo. Ademais, em uma cidade mercantilizada, onde muitos dos espaços são privatizados, não possuir fonte de renda culmina na impossibilidade de acesso à esses lugares, assim como às socializações e vivências proporcionadas por eles.

A autora também suscita a discussão sobre a falta de rigor conceitual e o risco de perda do potencial crítico do termo em questão, já que este teria passado a tematizar qualquer matéria relacionada ao urbano na visão de alguns autores. Para solucionar tal questão, estes autores retornaram à obra de Lefebvre com o objetivo de reconstituir o sentido original do mote e disputar seu significado à partir de suas interpretações. Apesar de discorrer sobre tais perspectivas, Tavolari (2016, p. 104, 105) entende que a busca por uma definição fechada é problemática, uma vez que pretende "cristalizar um só sentido como correto ou verdadeiro, como se fosse possível extrair uma essência perene do conceito". A diversidade de interpretações do texto de Lefebvre poderia inclusive auxiliar na construção de um diagnóstico mais rico sobre as formas de mobilização da ideia de direito à cidade. Ainda assim, as questões levantadas pela literatura sobre a dificuldade de se formular uma definição clara o suficiente para efetivação jurídica do direito apontam para um problema importante: as categorias institucionais existentes não são capazes de acomodar o direito à cidade e todas as reivindicações que dele decorrem.

Ainda conforme Tavolari (2016, p. 106, 107), a potência do direito à cidade estaria justamente na capacidade de reunir os mais diversos atores - acadêmicos, movimentos sociais, Estado, organizações internacionais, etc - por conta da multiplicidade de significados que pode acolher e das críticas, tanto social, quanto relativa à perda da autenticidade e liberdade, que consegue articular. Soma-se à isso o fato inovador de que tais reivindicações não necessariamente

estão demandando a institucionalização em forma de lei, conforme mostrado pelos protestos de 2013. Esse foi um ano que serviu também como ponto de viragem na literatura: por conta dos eventos que ocorreram em países como o Brasil e a Turquia, muitos daqueles que acreditavam no esvaziamento crítico do conceito de direito à cidade passaram a atestar sua aptidão para unificar a esquerda e renovar as expectativas de mudança social e política.

Outra perspectiva que parece dialogar com uma concepção menos fechada e mais dinâmica de direito à cidade é a de Plyushteva (2009, p. 81, 83 a 92). A autora explora as definições que buscam interpretar a obra de Lefebvre, as tentativas de codificação legal do direito e os usos do slogan por diversas lutas urbanas em diferentes contextos e localizações do mundo. A partir disso, problematiza a conceitualização do direito à cidade enquanto o direito de cada indivíduo de continuamente modificar todos os aspectos do espaço urbano, tendo em vista que tal concepção não leva em conta as assimetrias de poder e privilégios, assim como as injustiças que podem decorrer disso. Recusa também a concepção do direito à cidade como uma prerrogativa exclusiva de grupos marginalizados delimitados previamente, já que assim seria difícil localizá-lo em um enquadramento democrático.

A solução encontrada seria não codificar o direito à cidade como um direito "final", mas como um meio para se alcançar outros direitos "finais" fundamentais no contexto urbano, que podem variar de acordo com a circunstância e as tensões existentes. Conforme colocado pela autora, "o direito à cidade torna-se então, não um direito, mas uma ferramenta explicativa que redefine aquilo que é 'permitido' no curso da busca pelos direitos relacionados à cidadania"¹. Seu argumento se alinha menos com a necessidade de codificação legal do direito, se aproximando mais da posição teórica adotada por Harvey (2008): o direito à cidade como *slogan* político que inspira e chama para a ação, podendo levar ou não à codificação legal, dependendo do contexto. Assim, também se preserva a essência da noção de Lefebvre de que os cidadãos deveriam ter consciência do seu direito e da sua capacidade de moldar a cidade, seja em seu funcionamento, aparência ou significado. (PLYUSHTEVA, 2009, p. 83, 84, 93)

Além disso, nesse formato, ele se adequaria a todos os exemplos de usos por parte de

¹ Versão original: "Right to the City then becomes not a right, but an explanatory tool which re-defines what is 'permitted' in the course of pursuing citizenship rights." (PLYUSHTEVA, 2009: 93)

² Sobre a história da constituição da esfera pública enquanto ambiente masculino e não neutro ver FRASER, Nancy. "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy" em Craig Calhoun (org.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge, The MIT Press, 1992.

³ Para uma visão aprofundada do conceito de androcenismo ver FRASER, Nancy, "O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história" em *Revista Mediações*. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Londrina, v. 14, n. 2, p.11 - 33, 2009 .

movimentos contestatórios relatados pela autora. Desde Jansen (2001), em que o direito à cidade não constituía o projeto político, mas sim o instrumento pelo qual confrontou-se o regime na Sérvia. Nessa ocasião, os manifestantes depredaram bens públicos e ocuparam locais impróprios, alterando a rotina da cidade. Passando por Berrisford (1996), onde o direito à cidade se configurou como arena propícia para a contestação da segregação gerada pelo *Apartheid* na África do Sul. Essa luta se iniciou como disputa pelo espaço geográfico e acabou se tornando uma demanda por justiça social. Tocando também Mitchel (2003) e Plyushteva (2009), que relatam a privatização de espaços públicos nos Estados Unidos e no Peru, respectivamente. Nesses episódios, a exclusão social se entrecruza com a espacial. O direito à cidade encarna a reivindicação pela codificação legal do direito de ir e vir nos espaços públicos da cidade. E, por fim, Berton (2007), no qual o direito à cidade aparece como agenda oficial do movimento *urban playground*. Esse coletivo descentralizado possui dimensões internacionais, organiza eventos por todo o mundo baseados no uso de algum espaço público para realização de atividades de lazer. Tais atividades influenciam não só a cidade, mas também seus habitantes, que adquirem, por vezes, o sentimento de poder atuar sobre aquele espaço. (PLYUSHTEVA, 2009, p. 88 a 91)

Finalmente, para Harvey (2014, p. 28), a cidade que se almeja construir não pode ser separada de questões como "o tipo de pessoa que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilos de vida desejamos levar". A questão urbana está ligada então ao sistema como um todo e também à nossa própria possibilidade de mudança. Sendo assim, o autor entende que o direito à cidade seria:

Muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28)

Isso quer dizer que esse direito coletivo envolve a possibilidade de acesso e uso dos recursos e espaços da cidade, assim como de reorganizar tais recursos e espaços ou mesmo produzir outros novos. Essa segunda atribuição de modificar ou reinventar o urbano não pode ser dissociada da participação no planejamento e nos processos de urbanização. A presença nos espaços em que se tomam decisões sobre a produção e reprodução da cidade é fundamental para conseguir influenciar aquilo que se concretiza e influencia a vida urbana. Esta compreensão de Harvey (2014) sobre o direito à cidade orienta o presente trabalho. Trata-se de uma reivindicação

redistributiva, tanto no que toca os recursos, propriedades, terras e bens de consumo coletivo, quanto no que toca o poder. Nesse contexto, o poder pode ser entendido como possibilidade de participação na tomada de decisões sobre a alocação de recursos, terras e dos próprios bens de consumo coletivo na cidade. Isto é, ser ouvido ou levado em conta nas questões que interferem no crescimento e modificação do espaço urbano.

Harvey (2014, p. 30) contextualiza a urbanização como um fenômeno de classe. Argumenta que as cidades surgem como concentração social e geográfica de um excedente de produção. O excedente, por sua vez, é sempre extraído de algum lugar ou de alguém e o controle sobre essa acumulação de lucro se concentra nas mãos de poucos. Posto isto, constata uma conexão íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, de forma que o capitalismo está sempre produzindo o excedente de produção necessário à urbanização, que, por sua vez, absorve o excedente que o capitalismo está sempre produzindo. Não por acaso, as curvas logísticas da produção capitalista se assemelham às da urbanização mundial.

Nesse sentido, ainda de acordo com o autor (HARVEY, 2014, p. 46 a 53), enquanto fenômeno de classe inserido na lógica da busca pelo lucro, a expansão do processo urbano transforma a qualidade de vida em mercadoria. Esse fenômeno de expansão do urbano geralmente é acompanhado pela realização de grandes projetos urbanísticos que remodelam as cidades, os quais acentuam a mercantilização da vida e a desapropriação dos mais vulneráveis. Nas últimas décadas, isso ganhou uma dimensão global, ao mesmo tempo, a polarização da riqueza e do poder aumentou drasticamente. Como resultado, vive-se cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. Todos esses fatores "decorrem do modo como a perpetuação do poder de classe se organiza em torno do estilo de vida e do trabalho" (HARVEY, 2014, p. 231). Portanto, aqueles movimentos urbanos que se opõe a qualquer parte desse processo, mesmo que o façam articulando-se em termos de direitos ou cidadania, mobilizam um conteúdo de classe.

Ainda assim, é importante manter o caráter dinâmico do direito à cidade de acordo com as colocações de Tavolari (2016) e Plyushteva (2009). A possibilidade de associação com outras lutas e demandas que venham a se cruzar com o direito em questão continuam abertas. Da mesma forma, o entendimento do que significa ter direito à cidade pode ser atualizado ou complementado de acordo com o contexto em que a reivindicação está sendo feita.

2. Feminismos e a noção de interseccionalidade: contra a universalização de pontos de vista localizados

Nesse capítulo tratarei a noção de interseccionalidade e o debate teórico por trás dela para, posteriormente, relacioná-la ao direito à cidade e discutir as autoras que se propõem a trabalhar integrando as duas temáticas. Para tal, é necessário retomar algumas discussões teóricas do feminismo, formuladas principalmente pelas feministas socialistas e feministas negras. Tais discussões contribuíram para que as análises sobre as realidades das mulheres levassem em conta não só questões de gênero, mas também de raça e classe.

A segunda onda do feminismo, que teve início entre as décadas de 60 e 70, será o ponto de partida. O *slogan* "o pessoal é político", cunhado nessa fase, diz respeito à crítica sobre a dualidade entre esfera pública e privada, ponto central para qualquer vertente feminista. O liberalismo discursa sobre a esfera pública como o lugar em que se reinam os princípios da universalidade, da razão e da impessoalidade, enquanto a esfera privada seria orientada pelas relações íntimas, pelo afeto e pela pessoalidade. Quando se soma os estereótipos de gênero tidos como naturais a esse quadro, as mulheres são associadas prioritariamente à vida doméstica, aos cuidados e à responsabilização com a casa e com os filhos, ao passo que os homens têm o desprendimento e a racionalidade necessários para se colocar na esfera pública e ainda comandar a família. Entretanto, conforme colocado por Flávia Biroli (2014, p. 31):

Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados, e como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque das exclusões implicadas na conformação de *uma* esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros.

Isto é, a universalidade ou a neutralidade, colocadas como valores intrínsecos à esfera pública, são constituídas historicamente a partir da perspectiva dos homens das classes mais

altas². Deste modo, a participação na vida pública acaba exigindo atributos que são estimulados na socialização masculina. A própria cidadania conquistada sob o capitalismo tem como base do sujeito de direito o homem, branco e empregado, trata-se do que Fraser (2009, p. 16 a 19) chama de androcentrismo³. De forma semelhante, o escopo de questões tratadas como públicas fica limitado àquelas que interessam ou que dizem respeito aos homens. Nesse sentido, a ausência de debate político sobre temáticas entendidas como privadas, relacionadas à família, ao afeto, ao cuidado, etc, acabaram preservando as relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres em diversas circunstâncias e momentos, além de obliterar as vinculações entre os papéis exercidos na vida privada e as oportunidades oferecidas na vida pública. Por isso, "a análise crítica das relações de poder nas esferas convencionalmente entendidas como não públicas ou não políticas é necessária para se compreender as consequências políticas dos arranjos privados". (BIROLI, 2014, p. 33)

Pateman (1996, p. 71) entende que o grande impacto do *slogan* e das críticas que aportou foi a revelação do caráter ideológico das afirmações liberais sobre o público e o privado, as quais incentivaram as mulheres "a ver a vida social em termos pessoais, como uma questão de capacidade individual" e não como uma questão pública, estruturada, regulamentada por leis e compactuada com o próprio Estado. Afirma também, que mesmo a inclusão das mulheres na vida pública, onde o mercado de trabalho estaria incluído, é feita com base na sua posição na esfera doméstica. A partir disso, mobiliza as críticas das feministas socialistas que atingem tanto o capitalismo quanto seus pares marxistas:

As discussões sobre a vida no trabalho, seja por liberais adeptos do *laissez-faire* ou por marxistas, sempre pressupõem que é possível entender a atividade econômica abstraída da vida doméstica. "Esquece-se" de que o trabalhador, que invariavelmente se assume que seja um homem, pode estar pronto para o trabalho e se concentrar em seu trabalho, livre das demandas cotidianas de preparar comida, lavar e limpar, e cuidar dos filhos, porque estas tarefas serão executadas sem remuneração por sua esposa. E se ela também for uma trabalhadora assalariada, ela trabalha mais um turno nessas atividades "naturais". Uma análise e uma explicação completas do capitalismo só acontecerão quando a figura do trabalhador for acompanhada da figura da dona de casa. (PATEMAN, 1996, p. 72)

Delphy (2015, p. 102, 107, 109 a 112) argumenta que toda sociedade sobrevive através da

² Sobre a história da constituição da esfera pública enquanto ambiente masculino e não neutro ver FRASER, Nancy. "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy" em Craig Calhoun (org.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge, The MIT Press, 1992.

³ Para uma visão aprofundada do conceito de androcentrismo ver FRASER, Nancy, "O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história" em *Revista Mediações*. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Londrina, v. 14, n. 2, p.11 - 33, 2009 .

criação de bens materiais, que estão ligados ao trabalho de produção, e de seres humanos, que estão ligados ao trabalho de reprodução. O segundo, realizado majoritariamente pelas mulheres, seria desvalorizado e não pago. Entretanto, isso não significa que essa produção doméstica - cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos, etc - estaria excluída do mercado. O que se exclui são seus agentes, as mulheres. Estes serviços, quando não realizados pela dona de casa dentro do doméstico, são pagos: nas ocasiões em que se faz a refeição em algum restaurante, se terceiriza a limpeza da casa, se paga uma creche que fique com os filhos durante o dia. Entretanto, mesmo quando a mulher trabalha na esfera "produtiva", ela não se livra das responsabilidades com o trabalho reprodutivo não pago dentro de casa. De qualquer forma, é necessário salientar que a intensidade desse trabalho e as condições de vida das mulheres dependem da classe social de suas famílias.

Conforme apontado por Biroli e Miguel (2015, p. 31 a 33), tais críticas revelam, por um lado, a divisão sexual do trabalho que conduz muitas mulheres à uma dupla jornada, na qual a parte do trabalho doméstico não é remunerada e nem considerada nas análises críticas sobre o sistema capitalista. A condição de trabalhador incide de maneira diferente sobre as pessoas dependendo do seu gênero. Uma luta operária que ignora esse fato, ignora a condição de metade daqueles que se propõe a defender. Por outro lado, as críticas acabam esclarecendo as hierarquias existentes entre mulheres de diferentes classes, sendo que as mulheres da classe dominante muitas vezes gozam da posição de opressora. A possibilidade de contratar outra mulher para realizar o trabalho doméstico em seu lugar por um salário baixíssimo ilustra bem essa distinção. Além disso, as mulheres burguesas contam com muitas outras oportunidades - sejam relativas a estudos, inserção no mercado de trabalho, independência econômica, condições de moradia confortáveis, segurança, acesso a lazer, saúde, etc - que podem localizá-las nos lugares mais altos da pirâmide social. Ou seja, o sexismo também recai de formas distintas sobre as mulheres de acordo com sua classe.

O "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça", publicado pelo IPEA em 2017 com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ilustra bem essa realidade no Brasil. Durante o período estudado, a proporção de mulheres que declararam realizar atividades domésticas se manteve inalterada, são mais de 90%. A pesquisa ressalta que "exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de diminuir a quantidade de horas dedicadas

a elas". Sendo assim, as mulheres ocupadas continuam realizando uma dupla jornada. Contabilizando na jornada tanto o trabalho produtivo, quanto os afazeres domésticos, assumindo que "ambos produzem bens e/ou serviços necessários para toda a sociedade", tem-se, em 2015, uma jornada semanal média para as mulheres que supera em 7,5 horas a dos homens. Em contrapartida, "um dos fatores mais preponderantes no engajamento no trabalho doméstico e principalmente no tempo dedicado a ele é a renda", quanto maior a renda, menos tempo dedicado a esse tipo de atividade. Isso se deve tanto à possibilidade de contratar uma empregada doméstica, quanto ao acesso à eletrodomésticos. (IPEA, 2017a, p. 4, 5)

Ainda de acordo com os autores, a partir dos anos 70, avança também o feminismo negro, que se apresentava em desacordo com o feminismo hegemônico e seu sujeito coletivo indiferenciado. Adotando um posicionamento alinhado com a crítica feminista à universalidade masculina, as feministas negras questionaram o vocativo "nós, mulheres" fundado em experiências tidas como gerais, mas que se baseavam nas vivências particulares de uma parcela de mulheres, as brancas. Ao mesmo tempo, pautaram dentro do movimento negro questões relativas à condição de mulher, antes não consideradas. Dessa forma, ao se apropriarem do lugar de fala, seja na academia ou nos movimentos sociais, se propuseram a criar epistemologias e a travar lutas que não se descolassem da sua própria realidade influenciada pelo gênero, pela raça, e, quase que inevitavelmente, pela classe⁴. Nesse sentido, as feministas socialistas, que se preocuparam em pautar o problema da classe, não deixaram necessariamente de tocar na opressão racista, mas esta ganhou menor centralidade em suas discussões, podendo ser assimilada à opressão de classe nas análises sobre a realidade social. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 35 a 38)

Collins (2000) versa sobre a importância da presença de mulheres negras na academia no sentido de questionar uma produção do conhecimento que demanda a objetificação delas mesmas, a desvalorização de sua vida emocional e, além disso, exige um distanciamento dos motivos pessoais que as engaja nas pesquisas sobre a vida de mulheres negras. Tudo isso para que os critérios objetivos e científicos sejam atendidos e, assim, seu conhecimento seja validado como legítimo. Em contraposição, ao conseguirem ocupar lugares de destaque nessa estrutura acadêmica, essas mulheres pautaram o valor da experiência vivida para se obter conhecimento sobre certos fenômenos sociais, principalmente aqueles que lhe dizem respeito. A epistemologia

⁴ Nos países que passaram pela escravidão, as questões de raça estariam intimamente ligadas às de classe. Conforme colocado por Hooks (2015, p. 195), "apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe".

construída pelo feminismo negro valoriza a parcialidade, em detrimento da universalidade. Parcialidade significa clareza com relação ao ponto de partida que dá origem à determinado conhecimento. Esse conhecimento localizado facilita até mesmo o diálogo e a consideração de pontos de vista diferentes, já que dentro dessa lógica todos os conhecimentos são parciais e dizem respeito a um lugar específico, não há uma verdade que invalida todas as outras. (COLLINS, 2000, p. 255 a 258, 269, 270)

Hooks (2015, p. 194 a 197) trata de que forma a crítica negra impactou o movimento feminista, expondo o racismo presente em muitas das pautas e das teorias que o nortearam. Referindo-se à obra de Friedan, "A mística feminina", tida como um dos clássicos do feminismo, questiona se a posição de dona de casa branca com formação universitária seria uma perspectiva favorável para analisar de que forma o sexismo atua sobre a vida das mulheres nos Estados Unidos. Denuncia, assim, a falta de preocupação da autora em buscar outras experiências diferentes da sua própria, de modo a obter um panorama mais amplo e genuíno da realidade. Atesta que as mulheres brancas, responsáveis pela formulação do feminismo e da ideia de que o sexismo forja um vínculo comum entre todas as mulheres, têm uma compreensão limitada de sua posição dentro do Estado racista, sexista e capitalista. As diferenças de raça e de classe geram inúmeras disparidades no que toca status social, qualidade de vida e privilégios materiais. Essas disparidades, raramente transcendidas, frequentemente são mais marcantes ou determinantes do que as experiências compartilhadas por todas as mulheres. Sobre isso, afirma que "o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade". (HOOKS, 2015, p. 197)

No contexto norte-americano, Davis (1983) esclareceu algumas divergências entre as demandas do movimento feminista e os problemas que atingiram as mulheres negras ao longo da história. A começar pela escravidão, algo que pode ser tomado como um paralelo da realidade brasileira, a relação com o trabalho sempre teve um significado diferente para negras e para brancas. As negras nunca foram tomadas como femininas, delicadas ou destinadas à maternidade. Desde o princípio, foram forçadas a trabalhar na condição de escravas e, posteriormente, ocuparam os empregos de domésticas. Em ambos os casos, sempre deixaram os filhos, inclusive para cuidar dos filhos de terceiros. Outro exemplo emblemático é o caso da luta pelos direitos reprodutivos e pelo aborto, que ganha um sentido diferente para aquelas que foram sistematicamente esterilizadas por políticas racistas financiadas pelo próprio Estado. (DAVIS,

1983, p. 1 a 12, 202 a 215)

Sueli Carneiro (2003, p. 49, 50) trata sobre tais divergências no contexto brasileiro e latino-americano. Evidencia a violência sexual contra as mulheres negras e indígenas por trás da construção das identidades nacionais na América Latina baseadas no mito da democracia racial. Esta violência, que remete aos tempos de colônia e escravidão, ganhou novos contornos e funções na manutenção da ordem social ao longo do tempo, mas permanece como o "cimento" das hierarquias de gênero e raça presentes nessas sociedades. De acordo com Gonzales (1984, p. 228 a 230) entre esses novos contornos, podemos mencionar a dualidade entre a exaltação/sexualização dos corpos das mulheres negras e mulatas e a visão dessas mulheres como empregadas domésticas, em posição servil. Ambas se originam na figura da mucama, escrava doméstica que era, ao mesmo tempo, encarregada dos serviços da casa e objeto sexual do senhor.⁵ Como resultado dessa conjuntura, as mulheres negras vivenciaram e vivenciam a opressão de um lugar diferente tanto das mulheres brancas, quanto dos homens negros. Esta experiência de opressão influencia a constituição das identidades dessas mulheres. Contudo, o discurso feminista clássico não parece dar conta nem de reconhecer tal história diferenciada, nem os efeitos dela sobre as vidas das mulheres negras.

Carneiro (2003) menciona também o processo de feminização da pobreza que é acentuado à nível global no contexto de expansão do neoliberalismo. O estudo "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça" mostrou que de 1995 para 2015, os lares chefiados por mulheres passaram de 23 para 40%. Esses resultados não abrangem só os lares em que a mulher cria os filhos sozinha, 34% dessas conformações familiares em que a referência é a mulher contavam com a presença de um cônjuge. De qualquer forma, chama a atenção o fato de que:

É elevado o patamar de famílias em que as mulheres não têm cônjuges e têm filhos/as e, nesses casos, há que ressaltar que o fato de que, muitas vezes, tais famílias se encontram em maior risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como à das brancas. (IPEA, 2017a, p. 1)

Se pensarmos que as mulheres negras representam 60% das chefes de família nos casos em que os lares são chefiados por mulheres e que a renda per capita desses lares é, em média, 830 reais, tem-se um cenário bastante preocupante. (IPEA, 2017b)

⁵ Para uma visão aprofundada das críticas de Lélia Gonzales à democracia racial e ao acobertamento da figura da mucama, as quais obscurecem as origens da posição desvantajosa ocupada pelas mulheres negras na sociedade brasileira ver GONZALES, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira" em *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223 - 244, 1984.

Colocadas as contribuições do feminismo negro e do feminismo socialista, pode-se concluir que a opressão, exploração e dominação das mulheres não estão somente ligadas ao eixo de gênero, mas a outros sistemas estruturados, como o racismo e o capitalismo. Logo, a luta feminista deve ser mais que uma demanda de igualdade entre homens e mulheres. É preciso transformar estruturas sociais e políticas para enfrentar as diferentes formas que a marca de gênero se manifesta na vida de diferentes mulheres. Caso contrário, conforme ressaltado por Hooks (2015, p. 199 a 201), demandas feministas, como aquelas pautadas na ideia de "opressão comum" a todas as mulheres, podem ser cooptadas facilmente em favor da manutenção do capitalismo. Posicionando-se contra um feminismo burguês, traz uma citação de Carol Ehrlich (1981 apud HOOKS, 2015, p. 200):

As mulheres precisam saber (e cada vez mais elas são impedidas de descobrir) que o feminismo *não* tem a ver com se vestir para o sucesso, tornar-se executiva de grandes empresas [...]; *não* tem a ver com ter um casamento em que ambos têm profissões, ir esquiar nas férias e passar tempos longuíssimos com o marido e dois filhos adoráveis porque se tem uma empregada doméstica que possibilita tudo isso, mas que não tem tempo ou dinheiro para fazer isso por si; *não* tem a ver com abrir um Banco da Mulher, passar um fim de semana fazendo um curso caro que garante que vai lhe ensinar a ser autoconfiante (mas não agressiva) [...].

Segundo Fraser (2009, p. 22 a 26), diante do avanço neoliberal, no qual o mercado tem sido usado para "domesticar a política", o feminismo de segunda onda, constituído como promessa emancipatória em busca de uma sociedade justa, acabou tendo suas críticas ao sistema fragmentadas e cooptadas. A parte relativa à "cultura" foi incorporada em detrimento da parte relativa à "economia política", em virtude do contexto econômico que visa "reprimir toda a memória de igualitarismo social". Separada da crítica ao capitalismo, a dimensão cultural ficou disponível para uma perigosa conexão com a ideologia neoliberal. Ademais, a incorporação das mulheres em massa no mercado de trabalho não acabou com a desvalorização do trabalho doméstico, mas inaugurou o ideal de família com dois assalariados. O pano de fundo desse "avanço" das mulheres é o capitalismo flexível que abriu espaço para redução dos salários e segurança no emprego somado ao aumento de horas trabalhadas e turnos dobrados.

Perante este cenário, a noção de interseccionalidade torna-se extremamente relevante. Collins (2015, p. 9, 10) afirma que, desde os anos 80, as ideias que embasam tal noção estão presentes na academia, por vezes sob o nome de estudos sobre raça, classe e gênero; e também fora dela, nos projetos de justiça social ligados a movimentos como o de mulheres negras. Alinhados com o campo de estudos sobre gênero, mas mais especificamente com as vertentes

negra e socialista, os estudos de raça, classe e gênero ajudaram a criar as condições para o reconhecimento acadêmico do termo interseccionalidade. Dessa forma, recentemente, os estudos e práticas que levam em consideração "a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão" passaram a ser identificados como interseccionais. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 44)

Sobre os estudos de classe, raça e sexo⁶, Kergoat (2010, p. 97) ressalta que o que permitiu o avanço na compreensão do entrelaçamento entre tais sistemas foi o fato de que esses estudos foram realizados por mulheres negras, frequentemente oriundas de classes baixas. Isso pode ser esclarecido por Collins (2000, p. 257), quando afirma que "viver a vida como uma mulher negra exige sabedoria, pois o conhecimento sobre a dinâmica das opressões cruzadas tem sido essencial para a sobrevivência das mulheres negras norte-americanas"⁷. Por fazerem parte de um grupo subordinado, precisam estar atentas, visto que sua objetificação enquanto a/o outra/o nega a proteção que a pele branca, a masculinidade e a riqueza poderiam conferir a um indivíduo. Falando a partir do contexto francês, Kergoat (2010, p. 97) também não entende os trabalhos anglófonos sobre interseccionalidade como uma novidade radical. Entretanto, aceita que eles "abrem a possibilidade de atualização e visibilidade para teorias e conceitos que se encontravam marginalizados no campo acadêmico e, dessa forma, o enriquecimento dos estudos feministas".

Ademais, Collins (2015, p. 10, 11) menciona o marco do artigo publicado por Kimberlé Crenshaw (1991) na *Stanford Law Review*, "Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas", para a institucionalização da ideia de interseccionalidade no contexto acadêmico. Crenshaw (2002) traz outras contribuições para o debate interseccional, como, por exemplo, a tentativa de traçar protocolos para a realização de análises que adotem a perspectiva interseccional sobre problemas sociais que atingem as mulheres, principalmente aquelas que estão à margem. Antes de desenvolver a discussão realizada pela autora, apresento seu entendimento sobre interseccionalidade:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela [interseccionalidade] trata especificamente da forma pela qual racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso,

⁶ Os estudos de classe, raça e sexo mencionados por Kergoat (2010) são os mesmo estudos sobre raça, classe e gênero mencionados por Collins (2015). Contudo, sua nomenclatura aparece aqui conforme apresentada no trabalho das respectivas autoras. Principalmente porque a crítica da primeira à noção de interseccionalidade diz respeito à falta de centralidade da classe, já que o cruzamento privilegiado seria entre raça e gênero. (KERGOAT, 2010, p. 97)

⁷ Versão original: "Living life as Black woman requires wisdom because knowledge about the dynamics of intersecting oppressions has been essential to U.S. black woman's survival." (COLLINS, 2000, p. 257)

a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Nesse sentido, o entrecruzamento de opressões atua sobre os indivíduos de maneiras diversas dependendo de suas marcas, influenciando suas experiências, possibilidades e acessos. Crenshaw (2002, p. 174 a 176) argumenta que as consequências desse entrecruzamento não são facilmente detectadas se investigadas a partir de um enquadramento que considere apenas um dos eixos de opressão presentes na conjuntura. A invisibilização de certas questões pode ser ocasionada pelo que a autora nomeia de superinclusão ou subinclusão. A superinclusão ocorre quando aqueles aspectos que tornam o "problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância". Esta abordagem atribui os problemas resultantes das subordinações cruzadas somente ao gênero, o que acarreta na proposição de soluções incompletas ou ineficientes. Um dos exemplos desse tipo de situação seria o discurso sobre o tráfico de mulheres, que é frequentemente tratado através da perspectiva de gênero. Entretanto, quando se observa quais mulheres são traficadas, constata-se uma conexão com sua "marginalização racial e social".

No que toca à subinclusão, Crenshaw (2002, p. 175, 176) relata duas possibilidades. A primeira seria o caso da análise de gênero subinclusiva, que ocorre quando um problema enfrentado por mulheres de grupos marginalizados não é entendido enquanto problema de gênero porque geralmente não é enfrentado pelas mulheres de grupos dominantes. O outro caso diz respeito às situações em que "a dimensão de gênero de um problema o torna invisível enquanto questão de raça ou etnia". Isto é, um problema que atinge as mulheres de determinado grupo marginalizado, mas que não atinge os homens desse mesmo grupo dificilmente será entendido enquanto problema de subordinação racial ou étnica. Quando o contrário ocorre e somente os homens são atingidos, não há essa dificuldade. Como exemplo de subinclusão, a autora cita a esterilização forçada de mulheres afro-americanas e porto-riquenhas nos Estados Unidos que "raramente tem sido reconhecido como um dos exemplos mais flagrantes de discriminação racial".

Por conseguinte, ainda de acordo com a autora (2002, p. 178), o problema não está em

não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas em não considerar as vulnerabilidades interseccionais, o que pode acarretar no apagamento de alguns tipos de violações de direitos. Como resolução, sugere um enfoque contextual e destaca a necessidade de que as pesquisas examinem especificamente as experiências das mulheres marginalizadas. Defende, então, uma "análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas" que pode abrir caminho para o entendimento "das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas". Como contraponto, torna-se importante averiguar como as políticas podem moldar de forma diferente a vida de "mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas". (CRENSHAW, 2002, p. 182)

Este trabalho está alinhado com a visão de Crenshaw (2002) sobre interseccionalidade e sobre o enquadramento das questões interseccionais. Nesse sentido, se propõe a pensar um direito à cidade que leve em conta as experiências cotidianas das mulheres periféricas e as vulnerabilidades interseccionais que influenciam esse cotidiano. Com isso, busca esclarecer aquilo que, no contexto urbano, fecha acessos, oportunidades e, consequentemente, possibilidades de vida para umas, enquanto os abre ilimitadamente para outros. A partir de um diagnóstico que não fosse nem subinclusivo, nem superinclusivo é que se poderia estabelecer parâmetros para a correção de desigualdades estruturais que se fazem presentes no dia-a-dia.

Independente da afinidade com a abordagem de Crenshaw, as críticas de Kergoat (2010, p. 97) são relevantes no que toca à priorização do cruzamento entre os eixos de raça e gênero, de forma que “a referência à classe social não passa de uma citação obrigatória”. Ademais, as conclusões das duas autoras não parecem estar muito distantes. Para Kergoat (2010, p. 94), as relações sociais são consubstanciais, o que significa que “formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais” ou do cotidiano, mas somente no contexto de análise. Além disso, são coextensivas, ou seja, quando se desenvolvem se “reproduzem e co-produzem mutuamente”. A autora entende que as relações de classe, por exemplo, não se inscrevem apenas na ordem econômica. Cada sistema, seja capitalista, patriarcal, racista, possui suas próprias instâncias que oprimem, exploram e dominam. Contudo, tais instâncias se articulam de forma dinâmica e complexa, de maneira que cada uma imprime suas marcas nas outras. (KERGOAT, 2010, p. 99, 100)

Isso não significa que tudo está relacionado à tudo. Ainda segundo Kergoat (2010, p. 99,

100) é preciso historicizar as relações sociais envolvidas em determinada conjuntura, elas possuem estruturas que garantem sua permanência, mas, ocasionalmente, transformam-se diante de algum contexto ou evento. Prestar atenção naquilo que permanece apesar das transformações ao longo do tempo também é essencial. No caso da divisão sexual do trabalho, por exemplo, há muitos fatores que variam no tempo e no espaço, contudo, existem duas coisas que nunca mudaram completamente: o trabalho atribuído aos homens é diferente daquele atribuído às mulheres; e o trabalho da mulher continua valendo menos que o do homem. Um dos tipos de trabalho atribuído às mulheres é o de cuidado. Para a autora, ele é paradigmático para se analisar o imbricamento entre classe, gênero e raça, principalmente no contexto em que as mulheres adentraram o mercado de trabalho em larga escala e aquelas que podem terceirizar o cuidado, o fazem contratando outras mulheres, geralmente pobres e negras, para realizá-lo em seu lugar.

Collins (2015, p. 3) traça um quadro das principais preocupações que orientam o projeto de conhecimento interseccional, seriam elas: interseccionalidade enquanto campo de estudo, sua constituição, os temas que aborda, seus debates, fronteiras, etc; interseccionalidade como estratégia analítica ou enquadramento que evidencia novos ângulos sobre problemas de desigualdade social; e interseccionalidade como forma de práxis social, ou seja, como ferramenta apropriada por movimentos sociais e outros atores – professores, servidores sociais, advogados, etc - para realização de projetos que buscam realizar algum tipo de justiça social. Diante desse painel, esta monografia possivelmente se localizaria na segunda sessão, entre aqueles que utilizam a perspectiva interseccional como um enquadramento para olhar para alguma questão que envolve formas de desigualdade e marginalização.

3. Direito à cidade pela perspectiva interseccional

Neste capítulo, analiso as autoras que buscaram abordar a temática do direito à cidade por uma perspectiva de gênero e/ou interseccional, ora criticando o conceito de direito à cidade, ora apontando as convergências entre os debates. Trata-se de uma literatura recente que está empenhada em incorporar as dimensões de gênero e de raça/etnia, conjuntamente com a classe, nas análises que levam em consideração a noção de direito à cidade. Posteriormente, será apresentada e discutida de maneira mais aprofundada uma das propostas das referidas autoras, a qual sugere que o canal de diálogo entre o direito à cidade e a interseccionalidade seja o conceito de justiça social de Nancy Fraser, que envolve redistribuição e reconhecimento.

Uma das autoras que critica o conceito de direito à cidade desenvolvido por Lefebvre é Fenster (2010, p. 63, 66, 71 a 74). Para a autora, Lefebvre não teria dado atenção suficiente para as relações de poder patriarcal e para os desdobramentos que tais relações poderiam gerar na realidade das mulheres que habitam a cidade, afetando seu sentimento de pertença, assim como os usos que podem fazer do espaço e sua participação na vida urbana. Nesse contexto, a pertença é interpretada como um "sentimento que se desenvolve e cresce através do tempo a partir da vida cotidiana e do uso dos espaços" (FENSTER, 2010, p. 69). Logo, pertencer envolveria um cumprimento repetido do direito de usar a cidade, acessar seus espaços, caminhar com tranquilidade. Isso é o que permitiria a criação de uma relação de conhecimento, intimidade. Sua crítica é construída com base nas entrevistas que realizou com mulheres de Londres e Jerusalém entre os anos de 1999 e 2002 sobre suas experiências cotidianas relacionadas à qualidade de vida nas cidades. Como conclusão, entende que o direito das mulheres à cidade nem sempre se cumpre devido ao domínio patriarcal que se inscreve nos diferentes níveis analisados - lar, imóvel, rua, bairro, cidade, etc. Esse domínio se expressaria, principalmente, na falta de segurança nos espaços públicos que gera o medo de utilizar o transporte público, os espaços direcionados ao lazer, caminhar na rua, etc; e "nas normas religiosas e culturais que regem expressões corporais e suas representações", que geram o constrangimento ou mesmo impedimento de acessar determinados lugares.

Buckingham (2010) é outra autora que adota a perspectiva de gênero para se pensar o direito à cidade. Entretanto, o faz buscando criar uma agenda comum e articular os debates. Para tal, adota o conceito de Harvey (2014) de que o direito à cidade é um direito coletivo que implica não só requerer a utilização daquilo que já existe no espaço urbano, mas também definir e criar o que deveria existir, o que esbarra na participação dos processos decisórios sobre aquele espaço. A problemática de violação do direito à cidade geralmente está associada com questões de classe que resultam em remoções espaciais e marginalização. Contudo, a autora concorda com Fenster (2006; 1999 apud BUCKINGHAM, 2010, p. 58) sobre o fato de que a vida de quem possui a marca de gênero, por exemplo, está sujeita ainda a outras restrições, que ocorrem em suas vivências e encontros diários com a cidade. Nesse caso, tais restrições são produto de funções e papéis construídos por uma sociedade categorizada pelo gênero, que reproduz o poder patriarcal gerando discriminação e desigualdade. Se entendemos que não existem indivíduos sem marcas e que sua construção social se dá através delas, o espaço, fruto das relações sociais estabelecidas entre tais indivíduos, também não se constitui como neutro.

Sendo assim, ao atestar que não existe protótipo humano homogêneo que possa embasar as definições daquilo que é necessário para todas as pessoas, Buckingham (2010, p. 57) ressalta que o processo de definir o que é preciso para constituir um nível de vida adequado "deve considerar uma multidão de identidades diferentes e cruzadas que habitam num contexto particular". Além disso, deve-se ter em vista que a identidade social molda a forma que a pessoa vive e influencia seu entorno, inclusive no sentido geográfico. O gênero é uma categoria que constitui a identidade social dos indivíduos. A raça e a etnia, que não são o foco do trabalho da autora, podem ser outros exemplos.

Para concluir o debate sobre o direito à cidade e o peso que o gênero pode ter em restringi-lo ou não em determinadas situações, Buckingham (2010, p. 59 a 62) elucida alguns pontos de articulação, relacionados entre si, para se refletir sobre o direito das mulheres à cidade: 1) segurança em ambientes urbanos; 2) infraestrutura e transporte público; 3) proximidade entre moradia, serviço e emprego; 4) rompimento da dicotomia entre esferas públicas e privadas; 5) participação na tomada de decisões, governança e planejamento.

O primeiro ponto envolve o medo da violência, inclusive sexual, que as mulheres sentem ao circular pela cidade. Para evitar o risco, muitas mulheres acabam limitando sua mobilidade pelos espaços da cidade ditos neutros, mas que não foram pensados para elas.

O segundo pode se relacionar com o primeiro, já que prover uma infraestrutura adequada, como transporte público frequente, iluminação, sinalização, etc, auxilia na garantia de segurança às mulheres. Além disso, transportes que sejam acessíveis para crianças e idosos, pelos quais mulheres geralmente se responsabilizam, e que conectem essas mulheres ao trabalho e aos serviços públicos facilitam os trabalhos produtivos e reprodutivos realizados por elas.

O terceiro trata da proximidade da moradia com os equipamentos de uso coletivo e o emprego, o que tornaria a vida das mulheres, que estão encarregadas de variadas funções no dia-a-dia, menos caótica e desgastante, aumentando o tempo que têm disponível para ser utilizado em outras atividades.

O quarto, sobre rompimento da dicotomia entre público e privado, se debruça sobre separação entre trabalho produtivo e reprodutivo - que além das atividades domésticas, acaba sendo realizado fora do lar, quando se leva os filhos na creche ou na escola, por exemplo - e como isso afeta a possibilidade de uso igualitário da cidade. Segundo Martinez (2009 apud BUCKINGHAM, 2010, p. 60), "os espaços estão desenhados para valorizar a produção e menosprezar a reprodução". Sabendo que as mulheres participam de ambas, recai sobre elas uma pressão maior do que para aqueles que se ocupam majoritariamente com a produção. Além de ter seus trajetos pela cidade dificultados em razão dos trabalhos reprodutivos que realizam em meio a rotina, a responsabilização pela realização desses trabalhos impacta sua produtividade nas esferas de trabalho, acadêmica, social e política.

Por fim, o último tópico está centrado na importância da presença das mulheres nas arenas de planejamento urbano e onde se decidem os rumos das cidades, em todos os níveis, para que sua perspectiva seja traduzida em impactos positivos no cotidiano de outras mulheres. "A satisfação dos direitos humanos particulares dos homens pode acarretar a violação dos direitos humanos particulares das mulheres", logo "continuar a luta pelo direito à cidade sem considerar as diferenças de gênero na vida diária, fazer realidade o direito à cidade através da concepção de um espaço neutro e de gente neutra pode supor uma infração do direito das mulheres à cidade" (BUCKINGHAM, 2010, p. 61). Nesse sentido, cabe trazer a ressalva feita por Silva et al (2017, p. 15) sobre adotar uma perspectiva de gênero no planejamento urbano:

Adotar uma perspectiva de gênero no planejamento urbano é bem diferente do que naturalizar papéis que são socialmente construídos. Afirmar a necessidade de um planejamento urbano que leve em conta os múltiplos deslocamentos que uma mulher faz na cidade para executar uma dupla ou tripla jornada de trabalho não significa normatizar a divisão sexual do trabalho. Significa sim pensar que as tarefas produtivas e reprodutivas não deveriam estar fragmentadas no espaço urbano, assim como não

deveriam estar segregados os sujeitos.

Ainda assim, todas as perspectivas deveriam ser consideradas na produção do espaço, de modo a evitar as dinâmicas de poder hegemônicas que têm contribuído para perpetuar desigualdades.

Tanto Fenster quanto Buckingham preocupam-se com as exclusões geradas pelo gênero e não só pela classe no que toca à realização do direito à cidade, seja qual for o conceito considerado por cada uma delas. Contudo, por mais que as duas autoras mencionam a importância das marcas relativas às identidades sociais, analisam o gênero de forma isolada. A ótica da interseccionalidade nos leva a enxergar que no caso de países afetados pela escravidão, como o Brasil, que possuem uma história de formação profundamente afetada por relações racistas, é impossível discutir a questão de classe e de gênero descoladas da dimensão de raça.

Nesse sentido, Moreno (2015, p. 43, 44) dialoga com as autoras citadas ao afirmar que o espaço urbano é androcêntrico, privilegiando o cotidiano dos homens, adultos, empregados e portadores de automóveis. Mas, amplia a discussão quando explica que a experiência de vida, trabalho, deslocamentos, encontros e lazer é diversa quando se trata de homens e mulheres, mas também entre as mulheres, levando em conta sua classe, sua raça e sua nacionalidade. Nessa perspectiva, aborda a questão da invisibilidade de algumas regiões urbanas e de alguns sujeitos que habitam as cidades:

Existem muitas cidades em uma grande cidade. Mais do que expressão da diversidade, essa é uma marca das desigualdades em cidades nas quais predomina uma lógica de exclusão. Os recursos, a estrutura, o saneamento básico, os equipamentos públicos e as áreas de lazer não são distribuídos de forma igualitária e geralmente se concentram nas regiões em que vivem as pessoas com maior renda. [...] Ermínia Maricato (2000) afirma que existe uma exclusão urbanística, ou seja, existe uma parte da cidade que é invisível, não cabe no mercado imobiliário legal/formal e inclusive o poder público desconhece sua realidade quando planeja investimentos e políticas. Também são invisíveis as mulheres, negros, negras e imigrantes cujo cotidiano é bem diferente do indivíduo tomado como modelo para o planejamento e organização das cidades. (MORENO, 2015, p. 43)

Essa exclusão urbanística ou invisibilidade de algumas regiões e sujeitos dentro da cidade pode tomar muitas formas, envolvendo as opressões relativas à classe, raça e gênero de maneiras distintas. Renata Moreno (2015, p. 53 a 58) discute os processos de remoção associados às grandes obras urbanas ou projetos de revitalização de algumas áreas da cidade. Tidas como motor do desenvolvimento econômico e geradoras de empregos, tais obras ocasionam a destruição de modos de vida. Geralmente, a população afetada é pobre, favelada e, em grande medida, negra. O

discurso de revitalização de determinadas áreas obscurece o fato de que a vida das pessoas que já residem ali não está sendo considerada, seus interesses não tem influência nenhuma na decisão - que pode ser do estado, dos agentes do mercado imobiliário ou de ambos - de intervir naquela área específica. O que acontece nessas situações não é a melhora da qualidade de vida das pessoas instaladas na localidade em questão, mas a remoção forçada ou saída por conta do aumento do custo de vida, que inviabiliza a permanência daqueles com menos recursos. Essa substituição de um grupo social por outro é chamada de gentrificação. Todos esses processos, além de apagar a memória coletiva construída pelas pessoas que habitavam determinada localidade, desestruturam famílias e comunidades que se apoiam em laços de solidariedade no intuito de garantir a reprodução cotidiana da vida. Tais laços são especialmente importantes para as mulheres que se responsabilizam sozinhas pelo sustento de suas casas.

Ainda de acordo com Moreno (2015, p. 62), é de suma importância para as mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidados cotidianos e, frequentemente, pelo trabalho remunerado, que a ideia de moradia adequada esteja associada à proximidade, no sentido de capacidade de acessar facilmente os equipamentos públicos. Chegar à escola, ao hospital, à creche sem demoras e sem complicações, facilita os cuidados com aqueles que dependem delas. Isso permitiria "avançar na superação da separação rígida entre público e privado" e, em alguma dimensão, desprivatizar o cuidado. Contudo, a realidade se afasta desse cenário. A infraestrutura, os equipamentos públicos e os espaços de lazer "estão disponíveis para as pessoas de acordo com sua renda, e também sua raça" (MORENO, 2015, p. 63). A autora exemplifica seu argumento com um levantamento de dados com base no Censo 2010 do IBGE em São Paulo que revelou que a concentração das mulheres negras está justamente em bairros mais afastados do centro, e com uma série de indicadores de ausência de equipamentos públicos. Essa conjuntura não é nenhum pouco recente e tem sido perpetuada ao longo da história do Brasil. Lélia Gonzalez (1984, p. 233) pontuou muito bem a questão ao afirmar que "a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele":

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade [...] e devidamente protegida por diferentes formas de policiamento, que vão desde os feitores [...], capangas, etc, até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e o sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério é o mesmo. Já o lugar do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. No caso do grupo dominado, o que se constata são

famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. (GONZALEZ, 1979c apud GONZALEZ, 1984, p. 232)

Lélia Gonzalez nos apresenta uma perspectiva de continuidade histórica da divisão racial do espaço, que se soma às questões de pobreza e vulnerabilidade das classes mais baixas. Além disso, trata sobre a diferença da ação policial nas várias partes da cidade e explicita à quem serve esse controle dos corpos negros. Moreno (2015, p. 64, 65) também aponta para uma "continuidade entre a segregação espacial baseada na classe e na raça que conforma as periferias, a violência nestes territórios e o encarceramento da população que vive ali". Por esse ponto de vista, entende a guerra às drogas, configurada por práticas que conformam uma guerra aos pobres, como "pretexto para a manutenção do controle sobre os territórios e as vidas da população que vive nas periferias".

Franco et al (2017, p. 10) dialoga tanto com as ideias de Lélia, quanto com as reflexões propostas por Renata. As autoras discorrem sobre o processo de segregação paradoxal para o qual mulheres negras permanecem sendo empurradas no contexto urbano, problemática que envolve questões materiais e geográficas, mas também simbólicas e culturais. Tal segregação pode ser entendida pela ótica da localização, visto que essas mulheres se encontram isoladas: estão longe dos bairros centrais onde há infraestrutura e equipamentos públicos, e têm sua circulação no público restringida, seja pela dificuldade de acesso ao transporte público, seja pelo risco de assédio, pela moralidade ou pelo preconceito.

Sobre o isolamento das mulheres no doméstico e a clássica visão do feminismo sobre a separação entre público e privado, as autoras atestam que as mulheres faveladas ressignificam essa dualidade em suas lutas pelo direito à cidade, onde há uma confluência entre as esferas: resistem através dos laços de solidariedade criados na vizinhança e são maioria nos movimentos de moradia e contra o despejo forçado. Outro avanço importante nesse sentido foi a conquista da preferência das mulheres na titularidade da moradia em programas de habitação popular. Porém, "o direito à cidade nos impõe avançar no entendimento sobre o acesso à terra. Nos basta a propriedade?" (FRANCO et al, 2017, p. 11)

A partir dessa reflexão, Franco et al (2017, p. 12 a 14) aborda o racismo estrutural e a série de injustiças produzidas e perpetuadas por ele. Além da segregação da população pobre e

negra nos espaços da cidade com menos infraestrutura e do abismo socioeconômico que separa essas populações daquelas pertencentes às classes mais altas, a percepção do corpo negro é carregada de preconceitos e estigmas: ele está sempre sob suspeita e sua negritude não se adequa aos padrões estéticos, principalmente fora dos lugares socialmente determinados. Isso gera uma fixidez nas possibilidades que se tem de viver a cidade. Essa percepção estigmatizada, cristalizada na sociedade, perpassa as instituições. As políticas de segurança pública e seus aparatos, além de reprimirem a população negra e periférica nas áreas em que residem, controlam a circulação de seus corpos por toda a cidade. A atitude dos seguranças privados nas áreas privilegiadas não é diferente. A presença das pessoas negras em lugares nos quais sua ausência é naturalizada incomoda. Sua linguagem, vestimentas, cabelos, e outros elementos que conformam essa identidade geram surpresa e até atitudes hostis. As autoras mencionam também a "desumanização do corpo negro feminino, produzido pela perda histórica de sua cidadania plena", algo que pode ser associado à discussão de Gonzalez (1984) sobre a herança da ideia de mucama como um objeto sexual e, ao mesmo tempo, servil.

Outro dilema levantado é como o impacto dos grandes projetos de urbanização e as instabilidades geradas por eles - remoções, incompletude de obras, reforço da segurança pública em que o negro é alvo de controle e repressão, etc - recaem de forma diferenciada sobre as mulheres pobres, sobretudo, as negras. Além de habitarem as regiões marginais da cidade, sujeitas a todas essas mazelas, são elas que gastam mais tempo no cuidado da casa e da família, sendo as principais atingidas pela falta de equipamentos públicos, como escolas, creches, postos de saúde, espaços de lazer e de convivência e de infraestrutura, como saneamento, iluminação e transporte. Para completar, há o iminente risco de assédio no espaço público, que para as mulheres periféricas é ainda pior, já que está somado à falta de infraestrutura, que gera ainda mais insegurança. Os efeitos colaterais dessa conjuntura, que já é prejudicial por si só, incluem o adoecimento físico e mental e a própria morte. (FRANCO et al, 2017, p. 13, 14)

As autoras tocam também na importância da participação de grupos marginais, como as mulheres negras, nas propostas de modificação da cidade, mesmo que pequenas. Participar do processo decisório é ter a chance de colocar seu ponto de vista sobre a própria realidade, o que pode gerar mudanças diretas na vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, comentam sobre as próprias experiências como vereadora e assessoras no Rio de Janeiro. Quando se é mulher, negra e favelada a segregação está presente mesmo quando se alcança os espaços de representação:

Quando conquistamos um lugar de liderança e de poder, outros desafios surgem; de garantir e de manter esse lugar de fala e disputa política. Do contrário, ser apartada ou colocada na invisibilidade política faz parte da dinâmica de perpetuação deste espaço como um lugar de homens. Reafirmar a identidade feminina negra como feminista potencializa oposições e conflitos. Desse modo, estar como vereadora e nas assessorias é uma conquista cotidiana para contribuir de fato para a construção de alternativas no legislativo para a garantia do direito à cidade, onde imperam a lógica do favor, da fragmentação, do sexismo/machismo e racismo. (FRANCO et al, 2017, p. 10)

As autoras abordadas neste capítulo apontam e discutem inúmeros processos que fazem da cidade um ambiente no qual operam, simultaneamente, o capitalismo, o machismo e o racismo. A lógica capitalista promove a mercantilização da vida: tem uma vida boa quem pode pagar por ela, habitando os bairros centrais, com infraestrutura, proximidade e condições de se locomover por meio de automóvel. A outra face dessa realidade se expressa nas periferias e locais marginalizados das cidades, nas quais as necessidades e os problemas são invisíveis, tanto para o Estado e mais ainda para o mercado. São nessas regiões que os efeitos nocivos do capital e o descaso do poder público mostram sua pior faceta: falta de equipamentos públicos, infraestrutura básica, espaços de convivência, lazer e cultura, além do risco de remoções e desastres naturais.

O sexismo/machismo está presente na medida em que o acesso irrestrito aos corpos das mulheres cruza as fronteiras do público, culminando nos assédios, abusos e estupros que ocorrem em meio a cidade. Essa condição e o medo gerado por ela são agravados onde as ruas são mal iluminadas, nas passagens subterrâneas, onde o tempo de espera pelo transporte público é longo, etc. Outro aspecto desse mesmo eixo é a divisão sexual do trabalho, que acaba impactando a funcionalidade da cidade e fazendo com que homens e mulheres experimentem a vida urbana de maneiras diferentes. As mulheres são responsabilizadas essencialmente pelo trabalho reprodutivo, mas também exercem o produtivo. Dessa forma, sofrem uma pressão dobrada. A cidade que é planejada sem questionar o fato de que a ideia de universal refere-se a um ponto de vista particular, o dos homens, deixa de considerar a vivência particular das mulheres. Sendo assim, conforme pontuado por Silva (2017, p. 13) "há uma segregação funcional na cidade. A cidade (capitalista) se organiza segregando os usos produtivos - indústria, comércio, mercado, entidades financeiras - dos usos domésticos - áreas e bairros residenciais". Isso dificulta a locomoção das mulheres pela malha urbana, levando em conta as diferentes atividades que realizam ao longo do dia. Além disso, pode impactar seu desempenho no mercado profissional. É preciso considerar que os efeitos de tal conjuntura são agravados para mulheres pobres e negras, que habitam

regiões com menor disponibilidade de equipamentos públicos e infraestrutura, têm menor renda e representam a maior proporção dentre as mulheres que são chefes de família (responsáveis pelo sustento da casa).

O racismo se revela tanto no estigma associado à negritude, quanto nas condições socioeconômicas e oportunidades disponíveis para essa população. Ambas tem raízes no período da escravidão, em que o corpo negro foi desumanizado. Após a abolição, não houve políticas que promovessem a compensação das condições a que foram submetidos negras e negros. Ainda hoje, elas continuam ausentes, seja no sentido de valorizar a memória e ressignificar a identidade negra ou de corrigir as desigualdades de oportunidades e recursos ao longo da história, que continuam sendo perpetuadas. Isso se torna evidente quando observados a segregação racial do espaço, que empurra a população negra para as periferias em condições degradantes; a orientação das políticas de segurança pública, que encarceram e matam em massa sua juventude; o mercado de trabalho, que paga os menores salários, principalmente para suas mulheres; e os espaços de poder, no qual não há representação dessas pessoas. Importante salientar ainda a condição das mulheres negras e pobres que carregam o peso de todas as opressões.

Diante dessa conjuntura em que as opressões de classe, raça e gênero se entrecruzam no urbano, a proposta de Silva et al (2017, p. 15) pode ser relevante para relacionar o direito à cidade com a abordagem interseccional na busca por uma cidade que proporcione vivências menos desiguais:

O conceito de justiça de Nancy Fraser talvez possa contribuir para a criação de parâmetros para pensar a justiça urbana na medida em que incorpora as dimensões: reconhecimento de que somos sujeitos diversos e perpassados por desigualdades de raça, classe e gênero e por diferentes necessidades, demandas e desejos que correspondem a determinadas conformações do espaço urbano; redistribuição econômica e de possibilidades que dizem respeito não apenas a esfera do trabalho produtivo, como também a divisão do trabalho reprodutivo e a organização da vida no espaço; e a representação, ou seja, a capacidade das demandas das mulheres serem representadas por elas mesmas em decisões políticas que impactam o espaço urbano.

Importante esclarecer que estas autoras se propõem à sistematizar bases teóricas e conceituais para promover subsídios aos trabalhos que buscam tecer críticas feministas interseccionais ao urbanismo moderno e ao planejamento urbano que prevê a cidade-empresa (SILVA et al, 2017, p. 14). O presente trabalho tem objetivos que se aproximam dos propósitos das autoras e poderia se beneficiar dos subsídios teóricos produzidos. Isto porque se preocupa em construir caminhos teóricos que interligam o direito à cidade à interseccionalidade para pensar uma justiça urbana que leve em conta as desigualdades de classe, raça e gênero.

Tratarei agora do conceito de justiça social bidimensional e dos problemas que ele busca solucionar. Segundo Fraser (2002, p. 9, 10), um dos traços característicos do período globalizado é a politização generalizada da cultura, especialmente nas lutas pela identidade ou diferença, que estão conectadas às demandas por reconhecimento, como o multiculturalismo, por exemplo. A identidade já não é percebida como ligada somente ao eixo do trabalho. Nesse sentido, as reivindicações políticas passam a se centrar mais nas temáticas de reconhecimento que nas de redistribuição, ligadas às demandas de igualdade econômica. Isto implica um entendimento de justiça social que não se restringe ao eixo de classe e ao paradigma economicista, abarcando outros eixos de subordinação como gênero, raça, etnicidade, sexualidade, etc. Por outro lado, não é evidente que as lutas pelo reconhecimento estejam contribuindo para complementar e aprofundar as lutas pela redistribuição. No contexto neoliberal, tudo pode ser cooptado pela lógica mercantil e há uma preocupação em suprimir a memória do igualitarismo socialista, sendo assim, frequentemente, a demanda por identidade ofusca a demanda por igualdade econômica. Dessa forma, troca-se um economicismo limitado por um culturalismo igualmente limitado e a desigualdade econômica continua a se manifestar de maneira desmedida, lado a lado com as hierarquias de estatuto⁸.

Uma das soluções apresentadas pela autora para neutralizar os riscos ligados ao curso da globalização, como a substituição de lutas pela redistribuição por lutas pelo reconhecimento, é o conceito bidimensional de justiça social. A visão de justiça social proposta envolve, simultaneamente, as preocupações convencionais da justiça redistributiva e as preocupações salientadas pelos partidários do reconhecimento. Do ponto de vista da redistribuição, a correção das injustiças poderia ser promovida através da transferência de rendimentos, reorganização da divisão do trabalho, transformação da estrutura de posse de propriedade e democratização dos processos através dos quais se tomam decisões relativas ao investimento e ao destino de recursos. Pela ótica do reconhecimento, pensada a partir de uma lógica não-identitária⁹, a injustiça é

⁸ Fraser (2002, p. 16) atesta que a hierarquia de estatuto ou subordinação de estatuto ocorre quando "as instituições regulam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação". Os exemplos citados são "leis matrimoniais que excluem uniões entre pessoas do mesmo sexo como ilegítimas ou perversas, políticas sociais que estigmatizam as mães solteiras como parasitas sexualmente irresponsáveis e práticas de policiamento como a identificação por "perfil racial que associam determinadas pessoas com a criminalidade".

⁹ Fraser (2002, p. 14 a 16) propõe uma concepção não-identitária de reconhecimento, argumentando que o modelo identitário tende a reificar as identidades de grupo e a ocultar os eixos entrecruzados de subordinação, além de permitir a separação das questões de falta de reconhecimento da má distribuição, o que impede os esforços de combater as duas injustiças conjuntamente. Para ela, o reconhecimento seria uma questão de estatuto social, já que a falta de reconhecimento estaria ligada à subordinação, inclusive dentro dos grupos minoritários, que impede a

combatida na medida em que identidades e produtos culturais de grupos marginais são ressignificados e respeitados, há a valorização da diversidade e padrões culturais que impedem a paridade de participação são desinstitucionalizados e substituídos por padrões que fomentam. (FRASER, 2002, p. 11, 12)

De acordo com Fraser (2002, p. 12 a 14), o princípio normativo que promove as duas formas de justiça seria a paridade de participação, que requer arranjos sociais que permitam à todos os membros da sociedade a interação enquanto pares. Esses arranjos sociais existem quando: 1) há distribuição de recursos de forma que a independência de voz dos participantes seja garantida; 2) predominam os padrões institucionalizados de valor cultural que exprimem igual respeito pelos participantes e garantem as mesmas oportunidades para todos. Por conseguinte, para que haja paridade de participação é preciso haver redistribuição e reconhecimento, o que exclui, portanto, arranjos que institucionalizam a exploração, a privação e as flagrantes disparidades de riqueza, tempo e rendimento; e padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de indivíduos e as características associadas a eles.

participação paritária de alguns na vida social. Sendo assim, os membros de cada grupo deveriam ter seu estatuto individual reconhecido enquanto parceiros de pleno direito na interação social.

Conclusão

Considerando as discussões levantadas nos capítulos anteriores sobre direito à cidade e interseccionalidade, bem como a reflexão de Silva et al (2017) sobre a utilidade do conceito de justiça social bidimensional para pensar critérios de justiça urbana, considero que uma abordagem interseccional do direito à cidade envolveria todas as dimensões da justiça social - redistribuição, reconhecimento e participação. Conforme argumentado no primeiro capítulo, a luta por direito à cidade envolve necessariamente, algum tipo de redistribuição, seja de terra, de moradia, de equipamentos públicos, de infraestrutura, de lazer e do poder de tomar decisões sobre a alocação de todos esses recursos ou de modificar a proposta de cidade vigente, como no sentido de valorizar o uso e não a troca, por exemplo.

Busquei evidenciar, com as ideias das autoras discutidas no segundo capítulo, que a luta feminista interseccional também poderia estar ligada à demanda por redistribuição. Primeiro porque considera a classe e, para que a condição das mulheres afetadas por este eixo de opressão seja revertida, é preciso atuar sobre ele também. A redistribuição torna-se necessária, visto que seria a principal ferramenta contra desigualdades econômicas. Para além disso, há uma preocupação sobre a divisão desigual da responsabilização com os trabalhos reprodutivos, que acarreta disponibilidades diferentes de tempo para homens e mulheres. As mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo que envolve os cuidados com a casa e com os integrantes da família, além de estarem, frequentemente, inseridas no mercado de trabalho, de onde tiram recursos econômicos para ajudar o orçamento familiar. Fora as situações em que se responsabilizam majoritariamente ou inteiramente pelas duas coisas, quando são também as provedoras da casa. Essa dinâmica de divisão das tarefas leva muitas mulheres à uma dupla jornada, em que excedem em muitas horas o trabalho realizado pelos homens. Assim, o tempo que possuem para se dedicar à outras atividades é reduzido se comparado ao tempo que os

homens têm disponível. Por isso, faz todo sentido reivindicar uma redistribuição de responsabilizações e tarefas, que levariam à uma redistribuição de tempo livre.

Justamente por reivindicar a redistribuição, o feminismo interseccional não poderia ser reduzido ao reconhecimento. Entretanto, a conexão com este último faz-se evidente na medida em que a interseccionalidade busca reconhecer as diferentes marcas sociais dos sujeitos e como tais marcas influenciam e particularizam suas experiências, interesses, desejos, possibilidades. As opressões que atuam sobre os sujeitos marcados se entrecruzam e se desdobram de formas variadas na vida de pessoas diferentes, conformando também suas identidades. Algumas dessas opressões operam, são reforçadas e reproduzidas por meio dos padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de indivíduos e as características associadas a eles, como pontuado por Fraser (2002). Muitos exemplos podem ser citados: a hierarquia existente entre homens e mulheres que se propaga no mercado de trabalho, culminando em salários menores e menos posições de liderança para as mulheres, já que elas não cumprem os requisitos de comprometimento por conta da responsabilização pelo doméstico ou não atendem as características necessárias, que são típicas da socialização masculina. O mesmo ocorre no campo político, onde as mulheres são subrepresentadas e ocupam áreas consideradas menos importantes, as quais, muitas vezes, possuem alguma ligação com o cuidado. O trabalho reprodutivo, associado ao feminino, não é valorizado ou mesmo contabilizado nas análises econômicas, já que não é pago ou mesmo considerado como um trabalho. A desvalorização e falta de regulamentação da categoria das trabalhadoras domésticas é prova disso. Também não é por acaso que este tipo de emprego é atribuído às negras. A hierarquia que se produziu entre as raças também conflui para diversos âmbitos da vida, impactando nas possibilidades de emprego, de envolvimento com a política, de condenação por determinados crimes, de sofrer violência policial, etc. O feminismo interseccional busca dar conta de evidenciar estes elos, seu entrecruzamento na vida social e combater os valores que permitem que determinadas pessoas estejam em posições depreciativas e desvantajosas perante a sociedade e também diante das instituições, como o mercado de trabalho, a justiça, as entidades representativas, etc.

A luta pelo direito à cidade, apesar de estar claramente ligada à redistribuição, poderia ser utilizada como plataforma para reivindicações pelo reconhecimento. Isto porque o direito à cidade não se configura necessariamente como um direito final e aplicável, como moradia, transporte, acesso aos espaços, etc. Conforme o argumento de Plyushteva (2009), exposto no

primeiro capítulo, o direito à cidade poderia ser uma ferramenta explicativa que redefine aquilo que é permitido no curso da busca pelos direitos relacionados à cidadania. Sendo assim, adapta-se ao contexto no qual está sendo reivindicado, por se manter aberto e funcionar como uma chamada à ação. Os padrões institucionalizados de valor, que depreciam algumas categorias de indivíduos em detrimento de outros, também se manifestam no espaço através do planejamento urbano e de projetos de urbanização. Isso fica exposto na orientação da cidade para a produção em detrimento da reprodução, que prejudica o uso que as mulheres fazem da cidade, especialmente as mulheres periféricas; ou na segregação racial do espaço, onde a presença de pessoas marcadas pela raça não é tolerada fora dos lugares socialmente determinados, que são justamente os lugares marginalizados e periféricos, resultado de intervenções urbanas ou mesmo de um planejamento prévio. Nesse sentido, reivindicar o direito à cidade das pessoas afetadas pelas circunstâncias descritas é também atuar contra os valores que as coloca no patamar mais baixo das hierarquias socialmente construídas.

Finalmente, a participação parece ser central tanto para o direito à cidade, quanto para o feminismo interseccional. No que concerne direito à cidade, se concordamos com Harvey (2014), cujo entendimento se estende para além do acesso e do uso do espaço urbano, envolvendo também a possibilidade de modificá-lo, é preciso haver participação popular nas instâncias que decidem sobre os rumos da cidade. Para o feminismo interseccional, a presença de mulheres com trajetórias diversas nos espaços de poder - desde o ambiente acadêmico até as diversas esferas da política, inclusive aquelas que se debruçam sobre questões urbanas ou locais - é de suma importância. Dessa forma, seus pontos de vista particulares podem ser considerados e impulsionar algum tipo de mudança que auxilie na correção das desigualdades de gênero, raça e classe, tornando a vida das pessoas impactadas por essas opressões menos custosa. É nesse sentido que uma das principais pautas de um direito à cidade que adote a perspectiva interseccional deveria ser justamente a inclusão de mulheres, inclusive, ou principalmente, aquelas marcadas pela raça e pela pobreza, nos espaços em que se tomam decisões sobre a cidade: desde seu planejamento, passando pelos os projetos de urbanização e revitalização, até as pequenas obras que modificam espaços de uso cotidiano. Sendo assim, faz todo sentido que o direito à cidade associado à ótica feminista interseccional busque transformações que tocam tanto a redistribuição, quanto o reconhecimento, tendo em vista que, de acordo com Fraser (2002), são os dois elementos necessários para a garantia da paridade de participação.

Referências bibliográficas

- BIROLI, Flávia; MIGUEL, L. M. "Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades." *Mediações*. Londrina, v. 20, n. 2, p. 27 - 55, 2015.
- BIROLI, Flávia. "O público e o privado". In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014
- BORJA, Jorji. "A democracia em busca da cidade futura". In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Orgs.). *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago, Chile: - Habitat International Coalition (HIC), p. 43 - 56, 2010.
- BUCKINGHAM, Shelley. "Análise do direito à cidade sob a perspectiva de gênero". In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Orgs.). *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago, Chile: - Habitat International Coalition (HIC), p. 57 - 62, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero." *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49 - 58, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. "Black Feminist Epistemology". In: *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. "Intersectionality's definitional dilemmas". *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1 - 20, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*, Vol. 10, UFSC, p. 177 - 188, 2002.
- DAVIS, Angela. *Woman, race and class*. New York: Vintage Books, 1983.
- DELPHY, Cristine. "O inimigo principal: a economia política do patriarcado". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, Brasília, p. 99 - 119, 2015.
- FENSTER, Tovi. "O direito à cidade e a vida cotidiana baseada no gênero". In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Orgs.). *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito*

à cidade. Santiago, Chile: - Habitat International Coalition (HIC), p. 63 - 77, 2010.

FRASER, Nancy. "A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n 63, p. 7 - 20, 2002.

FRASER, Nancy, "O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história". *Revista Mediações*. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Londrina, v. 14, n. 2, p. 11 - 33, 2009.

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, M.; TAVARES, R.. "Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro". In: KOETZ, Vanessa et al. (Orgs.). *Direito à cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2017.

GONZALES, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira" em *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223 - 244, 1984.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*. São Paulo: Martins Fortes, 2014.

HOOKS, Bell. "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, Brasília, p. 193 - 210, 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 - 2015*. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf > Brasília: Ipea, 2017a. Acesso: 02/05/2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 - 2015*. Base de dados. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html> >, 2017b. Acesso: 02/05/2018.

JOUFFE, Yves. "Contra o direito à cidade acessível. Perversidade de uma reivindicação consensual". In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Orgs.). *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago, Chile: - Habitat International Coalition (HIC), p. 43 - 56, 2010.

KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". *Novos Estudos*, n. 86, p. 93 - 103, São Paulo, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MATHIVET, Charlotte. "O direito à cidade: chaves para entender a proposta de criar outra cidade possível". In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Orgs.). *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago, Chile: - Habitat International Coalition (HIC), p. 43 - 56, 2010.

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades.

In: *Reflexões e práticas de transformação feminista*. Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF, p. 43 - 73, 2015.

PATEMAN, Carole. "Críticas feministas à dicotomia público/privado". 1996

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PLYUSHTEVA, Anna. "The Right to the City and Struggles over Citizenship: Exploring the Links". *Amsterdam Social Science*, 1(3), p. 81 - 97, 2009.

TAVOLARI, Bianca. "Direito à cidade: uma trajetória conceitual". *Novos estudos CEBRAP*, 104, p. 93 - 108, 2016.

TRINDADE, Thiago Aparecido. "Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade". *Lua Nova*, São Paulo, 87, p. 139 - 165, 2012.

SILVA, N. A.; FARIA, D.; PIMENTA, M.. "Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate". In: XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Which right to which city? In defence of political-strategic clarity". *Interface: a journal for and about social movements*, 2 (1), p. 315 - 333, 2010.